

## COMO RESOLVER A CRISE DOS ESTADOS?



Foto: Antonio Cruz/Agência Brasil

# Em busca de soluções

Secretários de Fazenda e especialistas se reúnem em Brasília para discutir saídas para a crise fiscal dos estados

**Solange Monteiro**

Com contas comprometidas e baixa capacidade de investir, boa parte dos estados brasileiros hoje depende de apoio financeiro e reformas contundentes para reconstruir seu equilíbrio financeiro. Os caminhos para essa recuperação dependerão da disposição e da força política dos governos que este ano assumiram o timão em cada um desses entes, mas partem de alguns pontos comuns que foram debatidos em evento promovido pelo FGV IBRE em parceria com o jornal *Valor Econômico*, dia 6 de maio, em Brasília.

Uma das defesas consoantes entre os secretários de Fazenda presentes no encontro foi a importância da inclusão desses entes na reforma da Previdência do governo

federal, item que já sofreu questionamentos na tramitação do texto no Congresso. Henrique Meirelles, secretário da Fazenda de São Paulo, declarou no evento que a estimativa de impacto dessa reforma para o estado – que está entre os quatro com nível de endividamento mais alto – é de uma economia de R\$ 55 bilhões em dez anos, sendo R\$ 22 bilhões nos primeiros cinco anos. Na ocasião, o ex-ministro também ressaltou os planos do governo de impulsionar uma agenda de concessões de infraestrutura, bem como de privatizações – que poderia incluir a empresa de saneamento do estado, Sabesp. Nelson Barbosa, pesquisador associado do FGV IBRE, ponderou que o fato de

o projeto do governo federal contemplar esses entes não o liberarão da tarefa de negociar mudanças em seus sistemas. “Inevitavelmente, será preciso passar pelas Assembleias estaduais”, ressaltou o também ex-ministro da Fazenda.

Outro ponto, defendido no evento por Gustavo Barbosa e Renê Garcia, secretários da Fazenda de Minas Gerais e do Paraná, respectivamente, foi o da necessidade de alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especialmente quanto a uma padronização de cálculos que mitigue maquiagens contábeis para esconder descumprimento do limite de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Defesa reforçada por Manoel Pi-

res, pesquisador associado do FGV IBRE, que resume uma proposta de modernização da LRF em quatro pontos: que a uniformização dos critérios de mensuração das despesas com pessoal inclua todos os itens cabíveis nesse quesito, como benefícios; definir que a limitação para o gasto com pessoal cresça apenas pela inflação no caso de o estado descumprir a regra, o que vigoraria por todo o período de descumprimento; evitar incorporação de gratificações salariais no cálculo de benefícios previdenciários; e redução gradativa dos limites com gasto de pessoal previstos no atual texto de 60% para 50% da RCL, num horizonte de 20 anos. “No evento, concluiu-se que o limite de 60% é mais amplo que o recomendável, pois mesmo os estados que hoje o cumprem não estão isentos de dificuldades para manter suas contas em dia”, diz.

Os secretários também comentaram suas expectativas quanto ao apoio do governo federal através do Regime de Recuperação Fiscal (RRF) para os mais endividados – Rio Grande do Sul e Minas Gerais, além do Rio de Janeiro, que já aderiu ao sistema – e pelo Plano de Equilíbrio Fiscal (PEF), voltado aos estados com nota C de crédito. No caso do RRF, Barbosa, de Minas, já havia declarado à *Conjuntura Econômica* na edição de maio que, para o estado, não há plano B. “Não há situação que nos permita sair de um déficit estrutural em torno de R\$ 13 bilhões por ano, fora restos a pagar de R\$ 20 bilhões, que não seja a adesão ao RRF”, declarou, destacando que a suspensão de pagamento do serviço da dívida permitida pelo re-

---

## Uniformizar os critérios de mensuração das despesas com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das necessidades apontadas no seminário

---

gime nos três anos de vigência deve gerar um alívio de caixa de R\$ 26 bilhões para o estado.

Já o PEF, cujo projeto de lei foi entregue ao Congresso em maio, prevê garantia do Tesouro para obtenção de crédito junto a bancos e organismos internacionais mediante a elaboração de um plano de ajuste pelo estado que contenha ao menos três contrapartidas de uma lista de sete apresentadas pelo governo. “O PEF deverá representar um fôlego de caixa necessário para esses entes realizarem as reformas estruturantes”, ressaltou Felipe Salto, diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente, do Senado. Os secretários reconheceram, entretanto, que o plano não é suficiente, por si só, para solucionar a crise fiscal. “Temos que lidar com um déficit de R\$ 200 milhões ao mês, o que torna imprescindível uma ajuda que alivie o curto prazo enquanto trabalhamos o ajuste de médio/longo prazo”, disse Cristiane Alckmin Junqueira Schmidt, secretária de

Fazenda de Goiás. Em entrevista à *Conjuntura Econômica* de abril, Cristiane declarou que no primeiro trimestre o estado já havia iniciado alguns ajustes, como corte de 30% nos cargos comissionados, revisão de contratos “nos quais identificamos casos com sobrepreço de até 200%”, além de revisão de R\$ 1 bilhão em benefícios fiscais.

O apoio do governo federal não foi pleiteado apenas pelos representantes dos estados com finanças mais comprometidas. No evento, Fernanda Pacobahyba, secretária da Fazenda do Ceará – estado que tem nota de crédito B, o que lhe permite ter garantias da União para créditos que representem de 4% a 8% de sua RCL –, defendeu que os “bons alunos” no campo fiscal também mereciam alguma medida de estímulo. “Uma das alternativas poderia ser um alongamento da dívida”, sugeriu. Em entrevista para esta edição (pág. 12), o secretário do Tesouro Mansueto Almeida defendeu que os estados com nota A e B de crédito já têm espaço maior para tomar empréstimo, além de não terem de se submeter a nenhuma exigência quanto a controle de pessoal. “Não temos nenhum poder sobre eles para impor obrigações ou medidas de ajuste, como privatizar ou vetar aumento real de salário”, afirmou. O secretário, entretanto, declarou a intenção do governo de sinalizar com algumas vantagens. “Por exemplo, em geral a concessão de crédito junto a organismos internacionais leva em torno de 13 a 15 meses para acontecer. Estamos estudando a possibilidade de encurtar esse prazo para três a quatro meses”, disse. 